



PROGRAMA CULTURA VIVA: a política cultural como política social? elementos de análise dos fundos públicos e do direito à produção da cultura.

Victor Neves de Souza¹
João Luiz Pereira Domingues²

RESUMO

A pesquisa investigou o Programa Cultura Viva, lançado pela gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura do Brasil, segundo uma análise que se expressa nos sistemas de conexões políticas e econômicas. Para tanto, este recorte foi trabalhado tendo em perspectiva a função dos fundos públicos na ativação das cadeias produtivas da cultura. Pretendeu-se assim, analisar como o modelo de gestão se estabelece quanto à participação plural na produção da cultura e na efetivação da democracia. Na tentativa de não parecer dicotômico, simples e simplificador, procuramos ponderar se essas medidas são de fato democráticas ou apenas compensatórias.

Palavras-chave: Políticas Culturais. Políticas Públicas. Classes Populares. Intelectuais.

ABSTRACT

The research investigated the program “Cultura Viva”, sponsored by the last administration of the Brazilian Ministry of Culture, following an analysis which is expressed in political and economical connection links. This way, the study perspective took into consideration the role of public funds activating cultural productive networks. The intention was to examine how the manage model is set related to the plural participation in the cultural production and in the accomplishment of a democratic state. Not intended to be dichotomist, simple or simplistic, we looked for the understanding if the measures used are really democratic ones or only compensational.

Keywords: Cultural Policies. Public Policies. Classes. Intellectuals.

¹Bacharel em Música, habilitação Composição / Mestrando em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: victornsouza@gmail.com

²Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana. Doutorando em Planejamento. Urbano Regional. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: joaodomingues@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

No dia 06 de julho de 2004, o Ministério da Cultura (MinC), por meio da portaria nº 156, criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva. Trata-se, como esperamos sublinhar, da iniciativa mais importante encetada pelo Ministério na gestão de Gilberto Gil - sendo, vale ressaltar, apontada enquanto tal pelo próprio MinC, tanto em documentos como no discurso de membros do governo.

Podemos dizer, em linhas muito gerais, que o Programa se destina basicamente a fomentar as manifestações culturais da sociedade promovidas por agentes que não têm acesso, ou o têm de maneira entendida como deficiente, ao mercado cultural - seja no momento da produção, seja no da difusão do que foi produzido, seja no do consumo de bens culturais considerado necessário ao próprio estabelecimento de canais entre estas práticas e o conjunto de manifestações no campo da cultura.

Trata-se, em nossa visão, de uma ação pública com vistas à reorganização do trabalho cultural, compreendendo que as dinâmicas simbólicas produzidas pelas classes populares não são apenas portadoras de identidades, valores e significados diferenciados, mas essenciais para a constituição de uma economia da cultura diversificada, onde atividades, bens e serviços econômicos sejam distribuídos e acessados de forma plural. Para o arranjo entre as políticas sociais e as políticas culturais, efeturemos um recorte mais vertical sobre uma face específica do Programa, tratando do tema da cultura e sua viabilização em redes solidárias de produção.

Nesse sentido, recentes mudanças importantes nas políticas culturais no Brasil têm sido motivadas pelo argumento de que quanto mais as classes populares estiverem presentes na produção e na comercialização de seus bens simbólicos, mais a cultura servirá para alcançar melhores e diferentes resultados no desempenho da economia e para diminuir as desiguais relações entre as classes. Em nosso processo de pesquisa, temos nos defrontado reiteradamente com a indagação de se isso é mesmo assim, e pretendemos discutir, ainda que de forma inicial, a questão ao longo deste artigo.

Podemos apresentar, de início, alguns elementos e contradições essenciais que pontuarão nosso trabalho. A centralidade do Estado brasileiro na

formulação das políticas culturais; a vinculação entre a produção da cultura em seus diversos ramos e o sistema de financiamento público (e, portanto, das relações políticas e sociais que operam sob sua administração); as relações estabelecidas, ainda que timidamente, entre as políticas sociais e as políticas culturais - notadamente em um governo em que parte expressiva da própria política social se dá seguindo o modelo de repasses de fundos públicos a atores sociais de pequeno porte.

2 O TRABALHO CULTURAL NO BRASIL. FONTES DE FINANCIAMENTO.

Conquanto à realização da economia da cultura, a especificidade histórico-social do trabalho cultural no Brasil tem demandado a presença majoritária de fontes de financiamento públicos. Esta condição traz uma série de empecilhos à construção de um mercado de bens de cultura, e incidirá na centralidade que o Estado brasileiro tem para a efetivação de um programa de economia e produção da cultura.

À forma como trataremos o assunto, pelo menos uma tese de fundo precisa ser chamada para auxiliar esta discussão. Francisco de Oliveira (1998) dirá que os fundos públicos são apropriados como um complemento ao salário-real - na forma de salário indireto, no qual o financiamento da reprodução da força de trabalho se faz por meio dos gastos sociais. Para Oliveira, a função destes fundos é socializar parte dos custos de produção do capital, ao excluir serviços essenciais à reprodução da força de trabalho. O quadro descrito por Oliveira acena com o deslocamento de parte da luta de classes para o controle da direção a se dar a estes fundos, e inaugurar o sentido estrutural do Estado como um gestor destes fundos.

Desta feita, a importância do setor público no financiamento da cultura se justifica de diversas maneiras. Num país extremamente heterogêneo como o Brasil, com baixo crescimento econômico nas últimas décadas, estes fundos tem um papel central para a efetivação material da pluralidade cultural, na criação de postos de trabalho e no crescimento da participação da cultura no desenvolvimento econômico do país, a depender da orientação política que organiza sua aplicação.

Na década de 90, com o fortalecimento paulatino do mecanismo de isenção fiscal - em especial a Lei Rouanet - como o principal meio de financiamento da política cultural em nosso país (situação em que os grandes produtores atuantes no mercado se tornariam o mais importante público-alvo da política ministerial, com

capacidade de mobilizar recursos para apresentar projetos aparentemente interessantes aos setores de marketing das grandes empresas, e, assim, garantir recursos públicos para suas produções), certa distorção sempre presente em nossa política cultural ganhou nova roupagem: trata-se do privilégio, no acesso aos recursos públicos para a área da cultura, a pequenos grupos (que poderíamos chamar de uma elite cultural). É justamente este o momento onde há uma radicalização da relação entre indústria, mercado e cultura, com a proliferação das leis de renúncia fiscal por municípios e estados, de forma a criar uma relação clientelista entre as empresas públicas e privadas e parcela de produtores culturais, onde o consenso sobre as políticas culturais se produzia através da participação individual no consumo dos bens culturais produzidos (Rubim, 2007).

Nossa hipótese, formulada na perspectiva do multiculturalismo, é que as estruturas do financiamento federal à cultura acabaram por reproduzir até então uma incorporação subordinada e hierarquizada das classes populares à bens e serviços públicos de cultura, limitando o número de protagonistas do universo sociocultural das cidades.

Neste sentido, o Cultura Viva acena com uma nova engenharia de transferência de recursos públicos, oferecendo ainda meios de produção e disseminação da cultura como forma de criar condições para mobilidades sociais e políticas numa sociedade em que as possibilidades de produção da cultura são limitadas e concentradas em pequenos grupos. Uma das maneiras através das quais se tem dado esta distribuição é mediante repasses de recursos aos projetos apresentados por organizações da sociedade civil - sendo estas consideradas iniciativas culturais de pequeno porte, chamadas Pontos de Cultura, reconhecidas como tal e estimuladas pelo Estado brasileiro através do MinC. No Programa Cultura Viva, este repasse gira em torno de R\$ 180 mil, divididos em cinco parcelas semestrais, para investimento conforme projeto apresentado, e da transferência de produção e disseminação digital, a ser selecionado mediante Edital emitido pelo MinC.

Do ponto de vista político, a importância do Programa para a atual gestão do MinC, bem como para o governo Lula, pode ser estimada por seu objetivo de reverter uma característica histórica marcante da política cultural no Brasil: o fato de ela ser elaborada e implementada, via de regra, na relação entre Estado e intelectuais, deixando de fora de seus processos de formulação e de gestão as

classes subalternas. Este fenômeno se relaciona organicamente com o caminho através do qual, segundo Coutinho (2005), ocorreu a modernização brasileira - através de "revoluções pelo alto", processo político decisivo tanto na consolidação do Estado brasileiro como na conformação de nossa identidade nacional.

Como pode ser depreendido da restrita apresentação anterior, o Programa Cultura Viva é um programa seletivo - trata-se, portanto, de uma política pública que visa a um público-alvo delimitado. Esta seletividade, entretanto, é essencialmente diferente daquela praticada, no terreno do financiamento público às iniciativas no campo da cultura, pelos sucessivos governos a partir da criação do MinC em 1985. O elemento de fundo desta perspectiva diz respeito ao que o Ministro Gilberto Gil chamou de "discriminação positiva" (Gil, 2003). No limite, o Programa trata da dimensão política do reconhecimento como elemento para a redução das desigualdades sociais (Souza Santos, 2003; Taylor, 1994).

3 UMA ECONOMIA DA CULTURA COM BASES SOLIDÁRIAS

É neste contexto, a partir da crítica a esta situação e do compromisso com sua reversão, que aparece uma proposta da atual gestão do MinC. Este compromisso se dá tanto do ponto de vista de redirecionar os recursos públicos alocados à área da cultura (no sentido de combater o privilégio dos pequenos grupos de produtores no acesso aos montantes) quanto daquele de dinamizar uma economia da cultura que seja, segundo se advoga, capaz de articular "inclusão social" com diversidade cultural em bases solidárias.

Uma parte importante do processo de implementação do Programa Cultura Viva não está apenas no princípio de transferência de crédito para as classes populares, mas na ativação de uma rede de colaboração entre os Pontos de Cultura, através da disponibilização dos meios de produção à estes grupos. Este é um tema essencial para se pensar a sustentabilidade econômica das iniciativas populares e para a superação do estigma de exclusão do mercado cultural, já que nem todos os bens culturais são capazes de se sustentar segundo as regras rígidas que operam no mercado e na lógica concorrencial própria das leis de incentivo.

Para otimizar o planejamento desta rede, o Cultura Viva inicia uma aproximação com a economia solidária, para oferecer o suporte adequado à organização da produção cultural destas classes e no desenvolvimento de estratégias para a satisfação de suas necessidades simbólicas e sociais.

A economia solidária é um tema de intimidade às mudanças estruturais que o trabalho vem sofrendo. Em seu contexto mais conhecido, se trata de experiências de resistência à marginalização social e ao crescente desemprego dos estratos baixos e médios da sociedade, cuja lógica se mantém nos princípios do cooperativismo autogestionário e da colaboração laboral. São diversos empreendimentos que podemos pontuar: cooperativas de produção, crédito e serviços, associações, fábricas recuperadas, clubes de troca, bancos comunitários e outras organizações populares (Singer, 2003).

Apesar do compromisso com a democratização da cultura e a "inclusão social" através da mesma, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais - responsável pela formulação, implementação e avaliação do Programa Cultura Viva - não põe em questão se os objetivos do Programa são mesmo os mais adequados à democratização da cultura e à garantia dos direitos culturais assegurados por nossa Constituição, ou se a estratégia de implementação é a mais consonante com a difusão das diversas manifestações culturais e com a proteção das mais ameaçadas de esmagamento por serem menos adequadas ao mercado enquanto mecanismo de mediação universal para o fazer cultural. Ou seja, se a "inclusão social" mediada pela ativação de um mercado cultural baseado na economia solidária pode culminar na diversidade e proteção aludidas, ou se ela se esgota em si mesma - mera inclusão em um mercado super seletivo, uma espécie de política de geração de emprego (precário, já que não conta com nenhuma das garantias trabalhistas asseguradas por nosso ordenamento jurídico-político, e temporário, já que o apoio às iniciativas selecionadas tem seu prazo determinado de antemão). Vale ressaltar que, no limite das políticas de geração de renda e emprego, o elemento do fazer cultural torna-se um dificultador central para a questão social, visto que sua dinâmica produtiva não se vale de imediato das leis gerais da análise econômica.

Desde já entendemos o grande avanço que o Cultura Viva representa, mas num cenário tão heterogêneo quanto ao que os Pontos representam, e ao fato de que são pouquíssimas os experimentos de economia solidária da cultura, é muito difícil acreditar que esta rede se formaria por si, sem nenhuma ativação pelo MinC. Uma rede solidária, que tenha esta perspectiva demanda tanto o comprometimento do cidadão, quanto uma participação mais efetiva do Estado.

A Avaliação Piloto do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro (LPP) nos mostra alguns dados importantes sobre os Pontos de Cultura para a construção desta rede. Quanto ao gasto médio mensal, “47% dos Pontos de Cultura oscila entre 5.000 e 10.000 mil reais; 16% dos Pontos têm um gasto de entre 1.000 e 5.000 mil reais; 12% gastam entre 10 e 20 mil reais”. Quanto à participação dos repasses do Programa nos gastos dos Pontos de Cultura, “26% dos Pontos de Cultura cobrem entre 70% e 80% destes gastos com os recursos do MinC; em 16% dos Pontos a percentagem do gasto coberta com recursos do MinC é de 80% a 90%; 11% dos Pontos utilizam os recursos do MinC para cobrir apenas de 0 a 10% dos seus gastos” (LPP, 2006).

Para 53% dos Pontos, os recursos arrecadados são oriundos de financiamento ou da venda de produtos, alcançam para pagar as despesas, mas não deixam excedentes; 36% dos Pontos afirmaram que estes recursos não resultam suficientes para pagar as despesas. Pensando a sustentabilidade dos Pontos, 27% dos Pontos de Cultura produzem e comercializam produtos culturais; 23% prestam serviços remunerados; 16% produzem e comercializam outros produtos.

O número mais impressionante, e que atesta a dificuldade na criação da rede é que “39% dos Pontos não produzem ou comercializam produtos”. A pesquisa concluiu que somente “20% dos Pontos de Cultura utilizam formas solidárias de consumo e comercialização de produtos: a aquisição e comercialização se dão através de grupos de economia solidária, comércio justo, feiras de troca e cooperativas, onde os ganhos e as decisões são repartidos”.

Quanto à distribuição dos produtos, “33% dos Pontos comercializam seus produtos nos municípios onde se localizam; 26% o fazem no próprio Ponto; 23%, na comunidade; 19% dos Pontos de Cultura comercializam seus produtos em todo o país, 13% dos Pontos encontram dificuldades para levar os seus produtos aos clientes; 12% não conseguem cuidar das vendas; 7% dos Pontos encontram dificuldades para competir com os grandes produtores”.

Quanto ao impacto da produção na receita dos Pontos, “os recursos arrecadados com a comercialização de produtos constituem menos de 10% da receita total em 27% dos Pontos de Cultura. Em 12% dos Pontos os recursos arrecadados correspondem de 10 a 30% da receita total” (LPP, 2006: 74).

Estes dados nos mostram a incipiência desta rede de economia popular da cultura e o enorme desafio de sua constituição. Podemos perceber a grande dificuldade de sustentabilidade dos Pontos (apesar dos custos relativamente baixos

de sua manutenção), e a enorme dependência que têm acerca dos repasses. Como se trata de um programa de Governo, e não de Estado, esta dependência atinge a autonomia e o desenvolvimento futuro de suas atividades.

4 CONCLUSÃO

À guisa do que foi discutido até então, podemos apresentar apontamentos preliminares acerca da difícil correlação entre o direito à produção da cultura e sua viabilização social quanto à implementação do Programa Cultura Viva. Devemos chamar à atenção para um aspecto central na formulação atual das políticas públicas de cultura; é a noção, que se espalha e se consolida em todo o mundo, de que não só existe uma “economia da cultura” com forte potencial mercadológico e que carece, para se desenvolver em sua plenitude, de iniciativas de parceria entre o “Estado e a sociedade civil”, como, ainda, de que esta matriz econômica tem função mais abrangente. Ela, associada às outras dimensões específicas da cultura - e que serão mais acessíveis a uma parcela mais ampla das populações locais à medida que a “sociedade” for capaz de generalizar o acesso aos “bens culturais” -, é considerada um vetor dos mais fecundos para, nos países “em desenvolvimento”.

Em nossa visão, a técnica inovadora de implementação, de adesão e de gestão do Programa Cultura Viva, se tem o valor de combater parte do privilégio no acesso ao financiamento público às atividades culturais privadas, guarda ainda insuficiências na efetivação de uma rede econômica de distribuição e consumo entre seus destinatários e imensas dificuldades em incorporar os trabalhadores da área que não participam do mercado mais consolidado. Entretanto, não podemos deixar de lado seu mérito em reconhecer as classes populares como sujeitos de seu próprio processo de desenvolvimento, nem esquecer que as dificuldades apreciadas não são exclusividade do mercado cultural, mas do universo produtivo como um todo.

Uma das preocupações que os dados apresentados não conseguiram identificar com precisão é a relação entre a natureza da atividade dos Pontos e a sua disponibilidade de produção. Se quase 40% dos Pontos de Cultura não comercializam produtos, seria preciso conhecer qual a oferta e demanda de bens e serviços de cultura, qual a real potencialidade de suas comunidades (se existe o desejo em participar de programas de geração de renda), quais as dificuldades em

ativar as cadeias produtivas, e como se deve efetivar o apoio dos municípios e estados na construção de redes regionais de economia solidária da cultura. As iniciativas de empreendimento solidário, normalmente, têm apoio insignificante ou insuficiente do poder público e pouca visibilidade e penetração nos diferentes segmentos da sociedade.

Quanto a perspectiva da economia solidária que se inaugura com o Programa, ela não deve ser estimulada como forma de desonerar os fundos públicos ou em desarticular a presença do Estado no auxílio à formação de cadeias produtivas de cultura popular auto-sustentáveis, mas ao contrário, como um desafio de desenvolver políticas públicas que estimulem alternativas autônomas e em autogestão popular para a geração de renda, que democratizem o acesso dos estratos mais baixos a instrumentos que lhe permitam uma inserção no mercado cultural mais ativa.

Quanto ao futuro das atividades dos Pontos, e dos produtores “independentes” em geral, a implementação de um programa como o Cultura Viva representa a importância de se pensar um novo cenário para a produção da cultura no Brasil, visto que, em nossa visão, o modelo apresentado até então mostrou-se pouco funcional e extremamente segregador.

Faltam ao Programa Cultura Viva, deste modo, avaliações que ponham em questão seus objetivos mesmos, sua própria essência, confrontando-a com os princípios que ele reafirma, e, a partir daí, avaliando-o sob um escopo mais amplo. O espaço acadêmico de pesquisa nos aparece como o locus adequado para que se materialize um esforço deste tipo.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Programa Cultura Viva, Avaliação Piloto, Relatório Final**. Rio de Janeiro: Núcleo de Políticas Públicas de Cultura do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em www.cultura.gov.br/upload/Relatorio_Final_1164732457.pdf.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (orgs.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador, Edufba, 2007.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: Antonio David Cattani (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa: Piaget, 1994.